

NOTÍCIAS FALSAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL: um campo de disputas morais¹

FAKE NEWS ON GENDER AND SEXUALITY IN BRAZIL: a field of moral disputes

Thales Vilela Lelo²
Lorena Caminhas³

Resumo: Este artigo analisa a relevância das questões de gênero e sexualidade no escopo de histórias falsas distribuídas no Brasil em 2019. Essa discussão se insere no contexto de crescente circulação de desinformações no país e da preocupação com seus eventuais impactos negativos no processo democrático. Nosso argumento é que a irrupção de fake news está associada às moralidades socioculturais em disputa e às tentativas de retomada das normatividades hegemônicas. O estudo se divide em dois momentos: a) coleta das desinformações verificadas pelas agências Lupa, Fato ou Fake e Boatos.org, contabilizando as histórias que tratavam de gênero e sexualidade; b) rastreamento de suas fontes e seus formatos narrativos. Constatamos que 11,28% das histórias falsas distribuídas em 2019 tratavam de gênero e sexualidade, circulando em moldes jornalísticos apenas quando traziam temas sensíveis à sociedade brasileira. As fontes são sites ditos informativos, de cunho religioso ou conservador.

Palavras-Chave: Notícias Falsas. Moralidades. Gênero. Sexualidade.

Abstract: This paper discusses the relevance of gender and sexuality issues on the fake news landscape in Brazil during 2019. This debate is related to the increasing circulation of fake news in the country and its impacts on the democratic process. We argue that the explosion of fake news is associated with disputes over morals and efforts to recover the hegemonic socio-cultural norms. This study is divided into two moments: a) the collection of fake news about gender and sexuality verified by Lupa, Fato ou Fake, and Boatos.org; b) the tracking of fake news' sources and narrative formats. We found that 11,28% of false stories distributed in 2019 dealt with gender and sexuality, circulating in journalistic form only when they brought sensitive issues to the Brazilian society. The sources are so-called informative sites, concerned with religion or conservatism.

Keywords: Fake News. Moralities. Gender. Sexuality.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020.

² Pesquisador de Pós-Doutorado no Departamento de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). thales.lelo@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciência e Tecnologia (GEICT) da Unicamp. lorenarubiapereira@gmail.com.

1. Introdução

No que concerne à circulação de desinformações, o Brasil é hoje um dos países em que esta problemática adquire especial centralidade. Nos últimos relatórios anuais do *Reuters Institute - Digital News Report*, o país vem ocupando o primeiro lugar em um *ranking* de 38 nações como local em que a população se revela mais preocupada por não saber discernir o que é real e o que é falso na internet (85% dos entrevistados em 2018 e 2019).

As possíveis influências desta intensa propagação de notícias falsas em processos deliberativos já são inclusive percebidas pela população. Conforme o último relatório do Barômetro Global da Corrupção (2019), quatro em cada cinco brasileiros disseram acreditar que *fake news* foram disseminadas para influenciar os resultados da eleição presidencial de 2018. Os próprios representantes do aplicativo de mensagens *Whatsapp* reconheceram, em evento de jornalismo do Festival Gabo, na Colômbia, ocorrido em outubro de 2019, que na eleição brasileira de 2018 sistemas automatizados contratados por empresas fizeram disparos massivos para grupos públicos, distribuindo conteúdos políticos amiúde favoráveis ao então candidato Jair Bolsonaro⁴.

Assim como em outros países da América Latina que vêm experimentando uma guinada liberal-conservadora (SANAHUJA, 2018), no Brasil o conservadorismo moral tem sido não somente um campo semântico da “nova direita” (que concilia um pensamento neoliberal globalizado com valores autoritários) (MESSENBURG, 2017; GENTILE, 2018), mas também um aporte fecundo para a produção de *fake news*. Estudo da Ideia Big Data/Avaaz, divulgado em outubro de 2018, revelou que 74% dos eleitores ouviram a história de que o candidato do PT, Fernando Haddad, iria implementar um “kit gay” nas escolas caso fosse eleito; 46% tiveram acesso a suposta notícia de que o ex-prefeito de São Paulo havia convidado o então deputado federal Jean Wyllys para ser Ministro da Educação em seu eventual governo; e outros 44% ouviram o boato de que o presidenciável teria defendido a pedofilia e o incesto em um de seus livros. O próprio Jair Bolsonaro qualifica-se como difusor sistemático de desinformações: em entrevista para o Jornal Nacional em 27 de agosto de 2018, o então candidato mostrou às câmeras um livro intitulado “Aparelho sexual e cia” que, segundo ele, seria componente de um “kit gay” distribuído em bibliotecas do Ensino

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>. Acesso em 14. Jan. 2020.

Público no país⁵; e já em seu primeiro ano como Presidente da República, segundo levantamento da agência *Aos Fatos*, Bolsonaro fez 607 afirmações falsas ou distorcidas, que correspondem a uma média de 1,66 declarações insustentáveis por dia⁷.

A recorrência das questões de gênero e sexualidade como temas de notícias falsas se liga a uma das ideias-força elementares na cosmovisão da direita nacional, a saber, a defesa da “família tradicional”. Conforme Débora Messenberg (2017, p. 637), subjaz neste discurso uma “resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo) e uma reafirmação dos pilares da sociedade tradicional: a família, a religião e a nação”. Por conseguinte, ao advogar em favor de um modelo heteronormativo de família, os defensores deste discurso evocam uma retórica histórica diante dos avanços nos direitos sexuais e reprodutivos, frequentemente amalgamados sob o rótulo da “ideologia de gênero” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017). Não à toa, no período eleitoral, as *fake news* ligadas a este campo semântico reverberaram mais expressivamente entre os eleitores de Jair Bolsonaro, uma vez que, mais uma vez conforme o relatório da Ideia Big Data/Avaaz (2018), 85% deste público ouviu a história do kit gay; 60% do falso convite de Jean Wyllys para ser Ministro da Educação; e 55% tomou conhecimento da narrativa de que o presidenciável do PT teria se posicionado a favor da pedofilia e do incesto em uma de suas obras.

Levando em consideração a constatação de Edda Humprecht (2018) de que a intensidade da circulação de notícias falsas em um país não decorre somente do grau de descrédito da população com o sistema democrático, mas também da afinação dessas histórias à agenda sociocultural local, interessa-nos neste trabalho investigar a relevância das questões de gênero e sexualidade dentre as *fake news* que circularam no Brasil em 2019.

Sabe-se que o país ocupa atualmente o 92º lugar no *ranking* da igualdade de gênero, conforme o Fórum Econômico Mundial (em uma lista de 153 países)⁸, e figura em 68º lugar na lista de nações seguras para a comunidade LGBT+, segundo o site *Spartacus* (que elenca

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/reportagem-do-globo-de-2013-sobre-kit-gay-nao-se-refere-livro-mostrado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-23029039>. Acesso em 14. Jan. 2020.

⁶ Em outubro de 2018 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu o então candidato de reproduzir o conteúdo inverídico. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>. Acesso em 14. Jan. 2020.

⁷ Disponível em: <https://aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em 14. Jan. 2020.

⁸ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-sobe-em-ranking-de-igualdade-de-genero-mas-ainda-ocupa-a-92-posicao,70003127929>. Acesso em 16 jan. 2020.

197 países)⁹. Os efeitos destes indicadores para grupos historicamente desrespeitados são salientes: o Mapa da Violência de Gênero de 2019¹⁰ apontou que em 2017 as mulheres foram quase 67% das vítimas de agressão física no Brasil. Dos 73 casos de estupro registrados por dia, 89% tiveram mulheres como vítimas. No que se refere aos assassinatos, 30% das mulheres foram mortas em casa. No mesmo documento, aponta-se que o país registra 225 casos por dia de violência contra a população LGBTQ+. Só no período eleitoral de 2018, mais de 50% dos LGBTQ+ dizem ter sofrido algum tipo de intimidação, segundo dados da Gênero e Número¹¹. Ademais, o índice de adolescentes grávidas para cada grupo de mil jovens do sexo feminino na faixa etária de 15 a 19 anos no Brasil (62) é superior à média mundial (44)¹², e a desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho é da ordem de 20,5%¹³. Neste contexto, eventuais retrocessos no tocante às questões de gênero e sexualidade podem gerar efeitos tangíveis e deletérios para os grupos supramencionados.

Considerando que as *fake news* sobre gênero e sexualidade tocam em aspectos moralmente sensíveis da sociedade brasileira, buscamos neste estudo mapear não só sua expressividade no ecossistema de histórias falsas que circularam nas mídias digitais em 2019, mas também a configuração narrativa que adotaram para amplificar sua repercussão na opinião pública. Haja vista a centralidade deste tipo de *fake news* no contexto eleitoral de 2018, a primeira hipótese de trabalho a ser verificada via investigação empírica será:

- a. As histórias falsas sobre gênero e sexualidade representaram uma parcela expressiva do conjunto de notícias falsas que circularam no Brasil em 2019.*

Não obstante, por considerarmos que muitas dessas histórias visam corroborar a cosmovisão conservadora, nossa segunda hipótese será:

- b. As fake news sobre gênero e sexualidade são majoritariamente publicadas por sites conservadores e tomam como matéria-prima acontecimentos sociais com potencial de despertar fortes sensibilidades morais.*

Visando averiguar a pertinência destas hipóteses e atender à interrogação-chave da pesquisa, na seção seguinte propomos conceituar o fenômeno das *fake news* recorrendo à

⁹ Disponível em: <https://spartacus.gayguide.travel/blog/gay-travel-index-2019/>. Acesso em 16 jan. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em 16 jan. 2020.

¹¹ Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/>. Acesso em 16 jan. 2020.

¹² Disponível em: <https://www.anasps.org.br/onu-alerta-para-o-alto-indice-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil/>. Acesso em 14 jan. 2020.

¹³ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>. Acesso em 16 jan. 2020.

efervescente literatura acadêmica sobre o tema. Pretendemos também problematizar a carência de estudos dedicados a apreender a incidência de valores morais no ecossistema de notícias falsas. Na sequência, discutimos como o conservadorismo no tocante às questões de gênero e sexualidade reflete na reiteração de representações negativas de grupos historicamente deslegitimados, reforçando normatividades hegemônicas que configuram um tipo de violência simbólica.

No segundo tópico apresentamos a operacionalização metodológica do estudo e a composição do *corpus* de análise. Os resultados são descritos na terceira seção, juntamente com as inferências obtidas a partir da resolução da interrogação condutora da pesquisa e das suas hipóteses de trabalho. Por fim, nas considerações finais, salientamos a pertinência de discutir o caráter situado da produção de *fake news*, e indicamos as limitações e possíveis desdobramentos do artigo.

2. Revisão de literatura

2.1. Caracterizando as *fake news*

Ainda que o termo *fake news* tenha surgido na literatura acadêmica no início dos anos 2000 em referência aos *talk shows* que mimetizavam a linguagem jornalística para satirizar temas socialmente relevantes (como o humorístico *The Daily Show*, do canal *Comedy Central*) (TANDOC JR.; LIM e RING, 2018; HABGOOD-COOTE, 2018), a expressão adquiriu relevância científica após a eleição de Donald Trump em 2016 e ao referendo pelo *Brexit*, acontecimentos estes que despertaram suspeitas sobre a interferência da desinformação no sistema democrático (HUMPRECHT, 2018). Na esteira, diversos trabalhos se dedicaram a oferecer encaminhamentos para a conceituação e subsequente operacionalização analítica do termo em estudos voltados às condições de produção, circulação e recepção das *fake news*.

Não obstante parte desta bibliografia critique tais tentativas de conceituação por julgar que as notícias falsas não correspondem a um fenômeno empírico, mas sim a uma arma discursiva utilizada por políticos autoritários como pretexto para cercear a liberdade de expressão (HABGOOD-COOTE, 2018), um conjunto mais expressivo de pesquisadores credita valor heurístico ao termo por não considera-lo homólogo a noções correlatas e mais estabelecidas na literatura, como os boatos, as teorias da conspiração, a publicidade e os erros jornalísticos (GELFERT, 2018; TANDOC JR., LIM e LING, 2018; EGELHOFER e

LECHELER, 2019). Para esses autores, as *fake news* são um subgênero de desinformação (EGELHOFFER e LECHELER, 2019), muito embora possuam particularidades que justificam sua conceituação. Tais estudiosos reconhecem a instrumentalização das notícias falsas por elites políticas, mas defendem que a adequada elucidação do termo pode inviabilizar sua banalização no discurso público (GELFERT, 2018; EGELHOFFER e LECHELER, 2019).

Destarte, as *fake news* correspondem às publicações com conteúdos deliberadamente falsos ou enganosos que mimetizam a linguagem jornalística (com os seus componentes típicos, incluindo título, *lead* e fotografias), veiculadas predominantemente em ambiente digital, e que são produzidas para enganar diferentes públicos, seja com finalidades comerciais (como no caso dos *click baits*), seja por interesses ideológicos (como nas páginas de grupos excessivamente partidários que pretendem converter ou reforçar as crenças de sua audiência por meio de desinformações) (GELFERT, 2018; TANDOC JR., LIM e LING, 2018; EGELHOFFER e LECHELER, 2019). Esta definição exclui boatos e teorias da conspiração, pois as notícias falsas são necessariamente alicerçadas em desinformação; igualmente, elas não se equivalem a sátiras e paródias, pois os realizadores destas peças de humor não almejam enganar seus espectadores. As *fake news* nem sempre visam persuadir determinado público-alvo, como é característico da publicidade; e se distinguem de erros jornalísticos, que não são necessariamente intencionais (pois frequentemente derivam de má apuração dos fatos). Portanto, a caracterização proposta reserva o termo para conteúdos que tenham sido veiculados em páginas que instrumentalizam a autoridade jornalística para fins de desinformação em larga escala (isto é, histórias e declarações falsas que não se valem desta camuflagem jornalística estão excluídas da acepção proposta).

Dito isto, cumpre pontuar que a produção científica centrada nas condições de elaboração e circulação das *fake news* no ambiente digital amiúde acentua a infraestrutura técnica, comercial e política que viabiliza a fabricação de desinformações em ritmo industrial, em detrimento dos valores morais que incidem diversamente neste universo a depender do contexto sociocultural estudado. Ainda que seja imprescindível discutir como a arquitetura das plataformas de mídia social e os algoritmos de filtragem da informação e de segmentação de anúncios potencializam a confecção de conteúdos de baixo investimento que geram elevadas receitas via monetização do tráfego virtual (BAKIR e McSTAY, 2017), é igualmente importante debater a incidência da moralidade nos tipos de *fake news* veiculadas. Tal ingrediente não se confunde com os indicadores sociopolíticos de desconfiança nas

instituições (que criariam terreno propício para a disseminação de histórias falsas), mas diz respeito ao tipo de materiais fraudulentos que são produzidos quando as condições apropriadas para tal se encontram a pleno vapor.

Os escassos estudos que reconhecem o substrato moral das notícias falsas frequentemente o fazem em termos especulativos, pressupondo, por exemplo, que boatos que discorrem sobre minorias sociais podem reforçar representações preconceituosas sobre seus membros no público consumidor (LEVY, 2017) e uma impermeabilidade a discursos contraditórios (RINI, 2017). Em uma das poucas pesquisas aplicadas sobre a questão, Edda Humprecht (2018) detectou, em perspectiva comparada, como na Áustria e na Alemanha os principais promotores de *fake news* são sites alternativos de autoria anônima, ligados a grupos fascistas que veiculam desinformações referentes aos imigrantes que residem nestes países, ao passo que nos EUA e na Inglaterra os principais assuntos das *fake news* são as elites políticas. Em face desta lacuna, investimos na incidência de uma moralidade conservadora (especificamente ligada às questões de gênero e sexualidade) no ecossistema de notícias falsas brasileiro.

2.2. Gênero, sexualidade e moralidade

A fim de identificar o escopo moral das *fake news*, o presente artigo se fundamenta em uma concepção de gênero e sexualidade como campos de convenções socioculturais, nos quais normas e princípios são disputados, estabelecidos e reiterados. Parte-se de Judith Butler (1990), compreendendo o gênero como um conjunto de normatividades construídas e conservadas à medida que são aludidas nas práticas e nos discursos cotidianos. Para a autora, essas normas que formam o gênero se instituem no interior de um universo contencioso de moralidades, firmado em uma ordem obrigatória heteronormativa que prevê a continuidade entre sexo biológico, identidade de gênero e expressão da sexualidade.

Nos termos de Butler (2004), as normatividades possuem um *modus operandi* particular, atuando tanto a partir da prescrição quanto da interdição de determinadas condutas e papéis sociais. Por conseguinte, ela age pelos vetores da aprovação e valoração e da sanção e punição. Como demonstra a autora, as normas se estabelecem mediante seu polo oposto, criando um campo de abjeções que devem ser eliminadas, mas sem as quais é impossível se instituir. As ameaças às normas fundam seu “exterior constitutivo”, aludido e rechaçado simultaneamente na produção performativa do gênero. Toda essa dinâmica

conflitiva adentra nas disputas materiais e simbólicas pela delimitação das possibilidades de habitar e experimentar papéis e expressões de gênero, edificando discursos performativos que constroem aquilo que eles citam.

O processo de construção das normatividades morais que regem gênero é mobilizado em dispositivos socioculturais que ordenam de forma prática e sensível o campo hierárquico das identidades generificadas. Segundo Teresa de Lauretis (1994), esses dispositivos atuam como “tecnologias sociais”, no sentido de instituir por meio de discursos, códigos linguísticos, normas e instituições, as representações normativas do gênero. Vale frisar que para essa autora, assim como para Butler (2004), o gênero é a combinação de prescrições e proibições que se formam uma mediante a outra. Cabem às tecnologias sociais mobilizarem esses dois polos reforçando e reiterando as estruturas desiguais das convenções. Por essa leitura, é possível compreender como determinados mecanismos de construção sensível da realidade atuam acionando e engendrando normatividades de gênero para formatar e corroborar um determinado conjunto de moralidades. Em termos analíticos, trata-se de considerar como as *fake news*, compreendidas como formatos discursivos que podem atuar aos moldes de tecnologias sociais, mobilizam determinadas normas e prescrições, jogando com o sistema moral hierárquico que embasa a formação do gênero.

As moralidades em torno de gênero se interseccionam com aquelas em volta da sexualidade, instituindo um conjunto de valores e práticas sancionados que circulam socialmente. Entretanto, as políticas da sexualidade não coincidem com as de gênero, se fundamentando em um sistema de desigualdades verticais, estabelecidas em uma pirâmide de valoração das condutas e expressões sexuais. Gayle Rubin (1993) assenta a ideia de “sistema hierárquico da sexualidade”, demonstrando como funcionam os enquadramentos punitivos e os controles formais e informais que recaem sobre a sexualidade (tanto enquanto um terreno simbólico quanto prático). Segundo a autora, existe uma escala simbólica que determina o status e o valor sociocultural dos comportamentos e identidades erótico-sexuais, que se estrutura em forma piramidal: no topo permanece apenas o casal heterossexual, que vai sendo sucedido por outras formas de união afetivo-sexual até atingir uma extensa base em que são situadas as perversões, tais como a homossexualidade, a transexualidade e as trocas de sexo por dinheiro. Na sexualidade, assim como no gênero, a heteronormatividade é o que determina os valores morais e a atribuição de status, distribuindo sanções e estigmas como forma de reforçar as normatividades.

O sistema hierárquico da sexualidade tal como proposto por Rubin (1993) não é nem monolítico, nem imutável. A autora assevera que a sexualidade se constitui em meios a processos sociais e históricos que estão sujeitos às mudanças. Esse campo de afirmação de moralidades hegemônicas passa a ser alvo de disputas em momentos de grande estresse social e transformações sociopolíticas, reverberando em pânicos morais que tentam reinstituir e recolocar os limites da vida erótico-sexual, afirmando convenções restritivas e punitivas. Os pânicos morais, segundo a autora e Sérgio Carrara (2015), se voltam a grupos ou práticas minoritárias, alargando o terreno das perversões que devem ser rechaçadas do corpo social. Carrara (2015) afirma que são propriamente as pessoas homossexuais e transexuais, bem como as mulheres que não se encaixam nas normatividades de gênero e sexualidade, os principais alvos dessa histeria moralizante. Esses sujeitos, tomados como um exterior constitutivo abjeto, ajudam a reafirmar a importância das normas que regem papéis e expressões de gênero e sexualidade, demonstrando sua relevância para a manutenção da heteronormatividade compulsória.

Ademais, as dinâmicas de alteração na escala valorativa da sexualidade de Rubin (1993) devem ser pensadas ainda em outro sentido. Conforme Maria Filomena Gregori (2010), o dispositivo da sexualidade tem sido transformado contemporaneamente pela busca de novas práticas e identidades eróticos-sexuais para serem consideradas como “politicamente corretas”. Esse conjunto de práticas e identidades busca alargar o campo dos erotismos socialmente valorizados, expandindo o topo da pirâmide proposta por Rubin. Entretanto, elas continuam sendo baseadas em enquadramentos excludentes e hierárquicos, sustentados pela heterossexualidade e arranjos mononucleares. Esses pretensos “novos erotismos”, ainda que mobilizando a fachada de renovação, tendem a reforçar as estruturas de desigualdade que sustentam as políticas da sexualidade, conferindo ainda mais importância ao casamento e às relações reprodutivas. Como demonstram Gregori (2010) e Carrara (2015), a regulação das práticas e experiências erótico-sexuais que criam distinções punitivas e hierárquicas ainda organiza a base da pirâmide sexual, excluindo e estigmatizando sujeitos historicamente marginalizados.

Refletindo especificamente sobre as *fake news* e seu contexto, vale ponderar em que medida elas se inserem nesse quadro de pânicos morais e de retomada de moralidades conservadoras de gênero e sexualidade, ressoando convenções marcadas por desigualdades e hierarquias. A escala valorativa de sexualidade ajuda a balizar de que modo determinadas

condutas e práticas são sancionadas ou proibidas nos discursos das notícias falsas, corroborando com a instituição de abjeções erótico-sexuais. Delineia-se, portanto, um campo moral na qual se inserem as desinformações, possibilitando a identificação das dinâmicas normativas que subjazem em narrativas que discorrem sobre formas de ser e de expressar gênero e sexualidade.

3. Metodologia

Em afinação a outras investigações empíricas que averiguaram a produção e circulação de *fake news* (ALCOTT e GENTZKOW, 2017; HUMPRECHT, 2018), estruturamos o *corpus* com base em histórias falsas integralmente desmascaradas por três das principais agências de *fact-checking* em atividade no Brasil, a saber, a agência *Lupa* (um dos principais arranjos alternativos à grande mídia em atividade), o canal *Fato ou Fake* (vinculado ao Grupo Globo) e o site *Boatos.org* (canal independente que verifica exclusivamente conteúdos publicados em ambiente digital). A coleta de dados foi feita manualmente pelos pesquisadores a partir de todas as checagens feitas por cada uma das três páginas em 2019. Foram codificadas somente publicações que se referissem às questões de gênero e sexualidade e que tivessem sido motivadas por desinformações veiculadas na web, excluindo, portanto, declarações de autoridades públicas - sujeitas a graus variados de imprecisão e não necessariamente fundamentadas em *fake news*. Também foram excluídas publicações em duplicata, isto é, verificações de uma mesma história produzidas por mais de uma das três agências selecionadas.

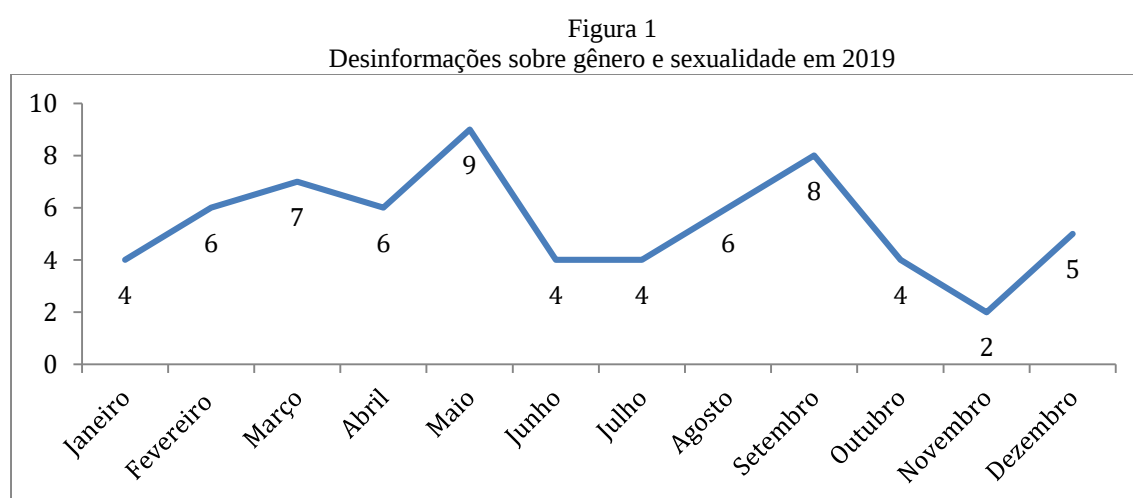
A segunda etapa da metodologia consistiu em localizar as fontes de publicação das *fake news* sobre gênero e sexualidade, visando apreender seus formatos discursivos preponderantes. Para tanto, cada uma das notícias falsas checadas foi submetida a uma pesquisa em buscadores digitais, considerando tanto seu título quanto as palavras-chave relacionadas. A partir desse rastreamento, identificamos sua principal fonte de divulgação para o público: por meio de portais noticiosos, blogs de notícias ou opinião, postagens de redes sociais ou mensagens de *Whatsapp*. Após esse estágio, verificamos quais e quantas *fake news* se enquadravam em formato jornalístico, se apresentando ou como notícia (contendo título, subtítulo, fotografia com legendas e texto principal com lide), ou como nota (acompanhada de título e fotografia). Na sequência, analisamos os espaços de distribuição dessas notícias e notas falsas, considerando sua auto definição (como um meio jornalístico ou

espaço de opinião e análise, etc.) e sua filiação a determinadas posições ideológicas. Para tanto, consultamos a seção “sobre nós” de cada site, portal ou blog. Delimitamos também aquelas *fake news* que foram divulgadas em formato de postagem, voltadas para disseminação em mídias sociais e aplicativos de mensagens, seguindo a dinâmica dos boatos. Ao final, sistematizamos esses dados a fim de compreender quais são os formatos típicos das *fake news* sobre gênero e sexualidade e seus canais de difusão predominantes no espaço público brasileiro.

4. Resultados

4.1. Indicadores da produção de histórias falsas sobre gênero e sexualidade

Em 2019, a agência *Lupa* e os sites *Fato ou Fake* e *Boatos.org* verificaram um total de 1729 histórias falsas que circularam nas mídias digitais. Considerando que há sobreposição de checagens entre as agências e um desequilíbrio entre os números totais de publicação de cada uma (são 1009 verificações do *Boatos.org* em contraste a 484 da agência *Lupa* e a 236 do site *Fato ou Fake*), estabelecemos a média de produção das três como um indicador ponderado das *fake news* que chegaram aos radares dos *fact-checkers* no ano. São 576 desinformações contestadas em 2019, uma média de 48 ao mês. Deste total, 65 histórias (já descontando os casos em que há verificação por mais de uma agência) se referiram às questões de gênero e sexualidade, representando 11,28% da média total das três agências em 2019. Isto é, a cada mês, 5,41 desinformações sobre estas temáticas circularam no ambiente digital, conforme indicado no gráfico a seguir (FIG. 1):



Fonte: Autores

Percebe-se que a maior parcela das histórias falsas fomentava denúncias contra políticos e partidos ligados à esquerda, acusados de corromper os valores da “família tradicional”. Dos 14 conteúdos que se enquadram nesta categoria, cinco deles mencionam projetos de políticos da esquerda julgados moralmente reprováveis, a exemplo do Projeto de Lei 3.369/2015, de autoria do deputado federal Orlando Silva (PCdoB), que propunha instituir o estatuto das famílias do século XXI, reconhecendo formas de união diversas do modelo nuclear heteronormativo. Ao menos três diferentes narrativas infundadas sobre o assunto foram publicadas entre a data em que o projeto seria discutido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (21 de agosto de 2019) e o início de dezembro, todas elas acusando o documento de normalizar o incesto, a poligamia e a pedofilia. À época em que seria levado à votação em plenária, o projeto inclusive foi retirado da pauta em função das notícias falsas que circularam a seu respeito, alavancadas, especificamente, por deputados do Partido Social Liberal (PSL)¹⁴. Há também uma repetição de conteúdos que associam membros da esquerda a práticas consideradas execráveis, contraditórias, e mesmo criminosas, como nas manchetes que afirmam que a deputada federal Maria do Rosário (PT) teria defendido a descriminalização da pedofilia¹⁵, ou que o deputado federal Glauber Braga (PSOL) teria agredido a jornalista Patrícia Lélis¹⁶.

Em segundo lugar (13 recorrências) se encontram textos que associam celebridades e pessoas públicas a falsos acontecimentos. Dentre eles, há histórias que insinuam um complô entre artistas e a mídia para deteriorar o cimento moral da família tradicional, a exemplo das narrativas que declaram que a cantora Pabllo Vittar apresentaria um programa infantil na TV Globo intitulado “TV Criança Gay”¹⁷; que o cantor Johnny Hooker seria atração no Criança Esperança de 2019¹⁸; ou que o *youtuber* Felipe Neto teria incentivado crianças a acessarem fóruns de pedofilia em seu canal¹⁹. Outras publicações nesta categoria incluem materiais que

¹⁴ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/estatuto-das-familias-e-questionado-e-sai-da-pauta-para-ganhar-novo-parecer/>. Acesso em 15 jan. 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/09/12/verificamos-maria-do-rosario-pedofilia/>. Acesso em 15 jan. 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/07/05/verificamos-glauber-braga-agredido-patricia-lelis/>. Acesso em 15 jan. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/29/verificamos-pabllo-vittar-tvglobo/>. Acesso em 15 jan. 2020.

¹⁸ A notícia falsa assume um tom de denúncia ao se basear na defesa feita pelo cantor, em 2018, da peça “O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu”. Disponível em: <https://www.boatos.org/entretenimento/johnny-hooker-crianca-esperanca-2019.html>. Acesso em 15 jan. 2020.

¹⁹ Esta *fake news* passou a circular logo após o influenciador ter adquirido 14 mil livros com temática LGBT+ para serem distribuídos na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em resposta à decisão do Prefeito Marcelo

legitimam formas de violência contra a mulher, inocentando os famosos envolvidos nos casos, a exemplo das insinuações de que a jovem que acusou Neymar de estupro em maio de 2019 seria uma pessoa mal intencionada²⁰; ou o texto que dá a entender que a ex-esposa do goleiro Jean, que atuava até dezembro de 2019 no São Paulo Futebol Clube, havia sido agredida pelo marido por ter enviado fotos íntimas para outros homens no *Whatsapp*²¹.

Em terceiro lugar (12 conteúdos) no catálogo de histórias falsas sobre gênero e sexualidade que circularam em mídias digitais em 2019, estão textos sobre autoridades públicas conhecidas por suas posições abertamente conservadoras. Neste caso, há uma predominância de publicações que se referem, em tom recriminatório ou irônico, a falsas declarações da atual ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damare Alves. Foram seis menções à pastora evangélica, como na história que propunha que ela iria revogar a Lei Maria da Penha²²; em outra que dizia que ela teria visitado o “Vale dos Homossexuais” no inferno²³; e ainda na publicação que alegava que ela havia criado um projeto para limitar o sexo somente para procriação²⁴. O atual Presidente da República e sua família também são protagonistas de cinco desinformações, como no material, veiculado logo no início de 2019, que anunciava que Jair Bolsonaro iria decretar o fim do Carnaval e da Parada Gay²⁵.

Conteúdos falsos que repreendem o ativismo social (e especificamente de grupos à esquerda) ocuparam o quarto lugar do *corpus* (oito casos). Quatro dessas histórias ventilaram acusações contra as Universidades Públicas no mesmo período em que o atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub, insultava tais instituições e realizava um contingenciamento de 30% em suas verbas²⁶. Os protestos decorrentes destas ações do Governo Federal,

Crivella de censurar exemplares da HQ “Vingadores, a cruzada das crianças”, que estava sendo comercializada no evento. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/09/10/verificamos-chans-felipe-neto/>. Acesso em 15 jan. 2020.

²⁰ Disponível em: <https://www.boatos.org/esporte/foto-mostra-mulher-acusou-neymar-biquini-praia.html>. Acesso em 15 jan. 2020.

²¹ Disponível em: <https://www.boatos.org/esporte/milena-bemfica-esposa-goleiro-jean-video-bom-dia-sem-roupa.html>. Acesso em 15 jan. 2020.

²² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/14/verificamos-damare-lei-maria-da-penha/>. Acesso em 15 jan. 2020.

²³ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/12/26/verificamos-damare-vale-homossexuais/>. Acesso em 15 jan. 2020.

²⁴ Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/damare-alves-projeto-sexo-reproducao.html>. Acesso em 15 jan. 2020.

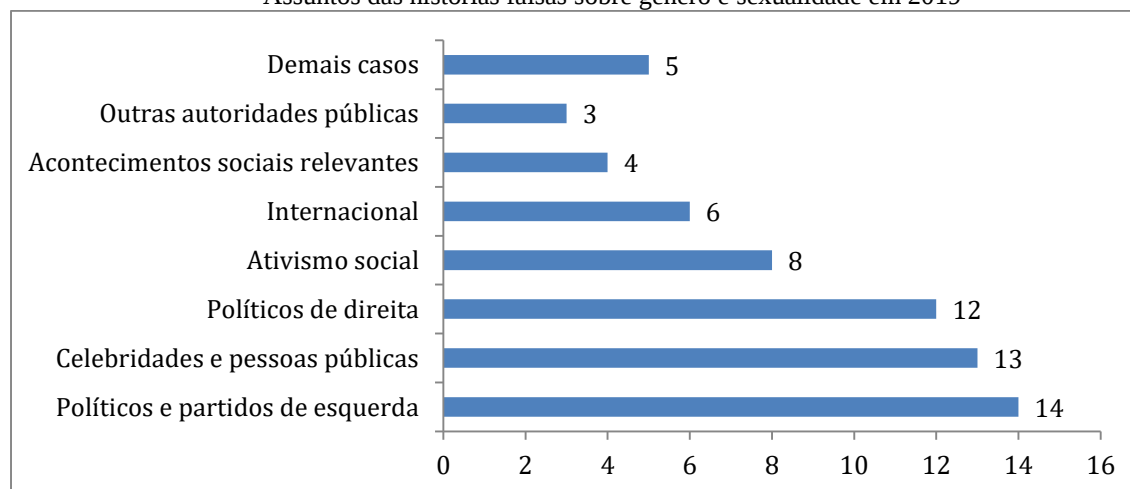
²⁵ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/01/08/verificamos-carnaval-parada-gay/>. Acesso em 15 jan. 2020.

²⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/cortes-do-mec-nas-universidades-federais-podem-ferir-a-legislacao/>. Acesso em 16 jan. 2020.

protagonizados pelos estudantes²⁷, motivaram publicações que relacionavam as manifestações a atividades libidinosas e imorais conforme a cosmovisão conservadora, a exemplo de diversas montagens com imagens de estudantes nus²⁸ e um texto que asseverava que os jovens teriam criado um “ateliê de arte anal” em uma universidade²⁹.

Nesta relação de histórias falsas ligadas às questões de gênero e sexualidade, identificamos, com menor recorrência, materiais que denunciam práticas sexuais e expressões de gênero não normativas em outros países (seis textos), distorções de acontecimentos sociais que motivaram ações conservadoras (como a exemplo de textos que insinuavam que a Bienal do Livro do Rio de Janeiro comercializava livros impróprios para o público infantil, justificando a decisão do Prefeito Marcelo Crivella de censurar determinadas obras)³⁰ (quatro ocorrências), denúncias de que outras autoridades públicas estariam estimulando formas de “perversão sexual” (três casos) e conteúdos mais difusos sobre a temática (cinco textos) que reforçam uma heterossexualidade compulsória, a exemplo de um falso estudo que teria assegurado que homens que apreciam sexo anal com suas parceiras seriam homossexuais³¹.

Figura 2
Assuntos das histórias falsas sobre gênero e sexualidade em 2019



Fonte: Autores.

²⁷ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/greve-na-educacao-por-cortes-do-mec-estudantes-vao-as-ruas-em-protesto/>. Acesso em 16 jan. 2020.

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/05/20/e-fake-que-foto-mostra-estudantes-nus-em-universidade.ghtml>. Acesso em 16 jan. 2020.

²⁹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/13/verificamos-arte-anal/>. Acesso em 16 jan. 2020.

³⁰ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/09/09/verificamos-livro-adulto-criancas-bienal-rio/>. Acesso em 16 jan. 2020.

³¹ Disponível em: <https://www.boatos.org/ciencia/homens-gostam-amor-por-tras-sao-gays.html>. Acesso em 16 jan. 2020.

Em vista dos dados apresentados, é possível afirmar a expressividade das histórias falsas sobre gênero e sexualidade no conjunto de desinformações detectadas em 2019, confirmando nossa primeira hipótese de pesquisa. Tal amplitude aponta para dois fenômenos distintos: por um lado, ela demonstra a relevância dessas temáticas para a sociedade brasileira, que se acirram como elementos de tensão e inquietude nos embates sobre a “ideologia de gênero” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017); por outro lado, ela revela como esses assuntos passaram a compor um quadro de “pânico moral”, que indica a urgência em definir e assentar os “limites da moralidade” (RUBIN, 1993). Esses dois pontos se sobressaem diante dos dados que demonstram os temas mais sensíveis dentre as notícias falsas, que são a suposta deterioração dos valores sustentadores da “família tradicional”, e a presumida perversão das posições e expressões de gênero e sexualidade convencionais.

Acompanhando um conjunto de disputas morais que centralizaram a conjunção entre gênero e sexualidade (CARRARA, 2015), as histórias falsas mais recorrentes em 2019 contestavam a obtenção de direitos civis por pessoas LGBTQ+, a exemplo de textos que associavam o projeto de lei que propunha um alargamento da noção de união afetiva na Constituição Federal à apologia ao incesto e à pedofilia, criminalizando arranjos familiares que destoam dos padrões heteronormativos. Em consonância, o perigo de sublevação da família mononuclear aparece como segundo assunto mais aludido nestas narrativas, difundindo falsos rumores de que celebridades do universo LGBTQ+ assumiriam protagonismo como apresentadoras de programas infantis ou atrações em shows televisionados, reforçando as ideias de perigo e ameaça historicamente associadas à homossexualidade e à transexualidade (RUBIN, 1993). Enquanto a discussão sobre o projeto de lei se enfoca nos riscos da subversão dos papéis compulsórios atribuídos aos homens e mulheres em relacionamentos afetivo-sexuais, os rumores envolvendo celebridades se enfocam em danos fictícios às crianças quando expostas à “ideologia de gênero”.

Outro destaque na análise foram as histórias falsas que apontaram para condutas inadequadas de mulheres, utilizando casos conhecidos de violência de gênero para discernir os bons dos maus comportamentos (tal como ocorreu com a história das fotos de nudez da esposa do goleiro Jean). Como assevera Carrara (2015), essas distinções servem para a manutenção das posições sociais hegemônicas de homens e mulheres no arranjo heterossexual, fundando uma norma que permite sanções violentas às eventuais transgressões.

As histórias falsas enfocadas na denúncia do ativismo social se ocupavam em recriminar formas de exercício da sexualidade consideradas “libertinas” e “depravadas”, responsáveis por propagar comportamentos arriscados e contrários às moralidades hegemônicas. Esses casos convocavam uma hierarquia de valoração das expressões da sexualidade (CARRARA, 2015), utilizando ações de militantes e universitários como exemplos de “imoralidades”. Trabalhando a partir da oposição, esses textos contrapunham um imaginário de “sexualidade politicamente correta” (GREGORI, 2010) com condutas “obscenas” de estudantes e militantes, que utilizavam supostamente a nudez e a penetração anal para se expressarem. Mais uma vez se tratam de narrativas que visam estabelecer os limites da moralidade, tal como aponta Gregori (2010), definindo um conjunto de práticas possíveis e sancionadas e outro de atividades condenadas e repreendidas. Nesse caso, vale convocar o famoso “sistema da sexualidade” de Rubin (1993), que demonstra como as normas morais heteronormativas e conservadoras instituem classificações desiguais da sexualidade, assinalando aquelas que devem ser perseguidas, corrigidas e penalizadas.

Inferências similares foram obtidas na análise dos materiais que hipertrofiavam o conservadorismo de políticos de direita, em especial Damares Alves e Jair Bolsonaro. Ainda que em sua maioria tenham sido caracterizados por um tom irônico e recriminatório às ações destes atores, tais textos dialogam com os códigos morais aludidos anteriormente, distinguindo o exercício da sexualidade saudável daquele perigoso. À vista deste quadro, as *fake news* que mencionavam uma decisão do Governo Federal de interditar o Carnaval e a Parada Gay, remetem à decência e cautela necessárias em relação a atos supostamente libidinosos e imorais, que estariam sendo devidamente combatidos no governo Bolsonaro.

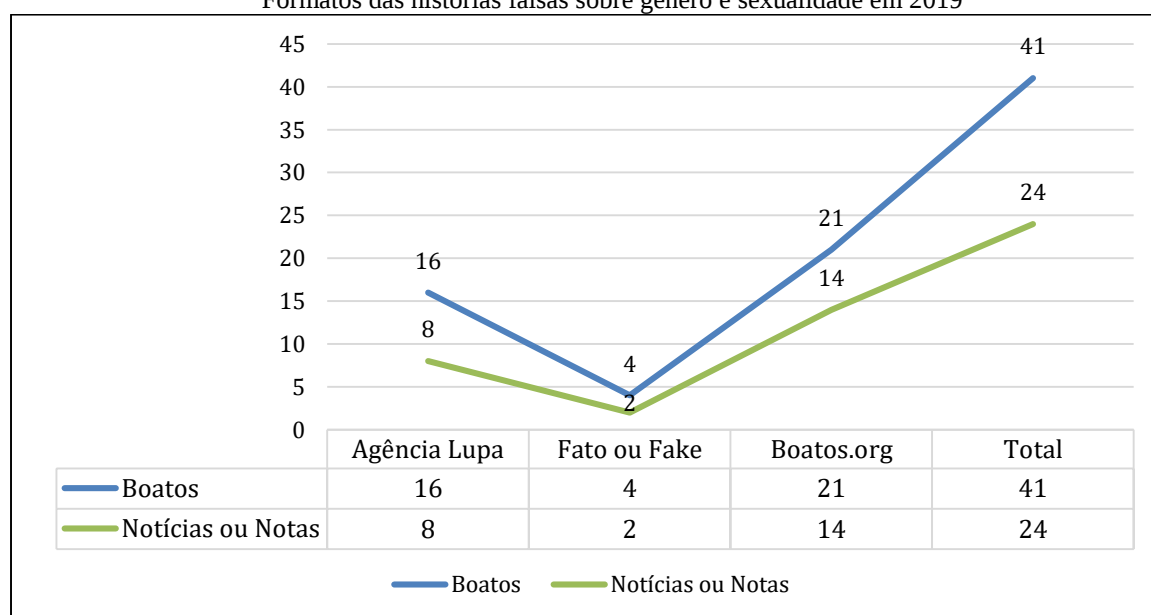
Os eixos morais das histórias falsas demonstram como elas se instituem mediante uma cosmovisão acerca de gênero e sexualidade fundada na dinâmica da interdição que, conforme Butler (1990), diz do estabelecimento dos limites entre as normatividades e seus exteriores constitutivos, construindo um conjunto de abjeções a serem repreendidas. Tais publicações ressoam a proibição sobre determinadas formas de incorporar e experimentar gênero e sexualidade, atuando como mecanismos para demonstrar e ratificar as normas sociais. Pensadas em conjunto, e considerando suas principais temáticas, elas expressam o conteúdo normativo das convenções, enfatizando seu oposto para demonstrar os perigos e as ameaças que se impõem caso essas mesmas convenções sejam subvertidas (BUTLER, 2004). Assim sendo, tais narrativas repercutem tanto um temor de rompimento das moralidades

hegemônicas bem como um instrumento de simbolização dessas mesmas moralidades. Diante disso, cumpre analisar a formatação discursiva dessas histórias e seus canais de publicação, percebendo os elementos que compõem sua circulação social e ajudam a assentar sua fiabilidade.

4.2. Circulação e características das fake news

Dentre as 65 histórias falsas sobre gênero e sexualidade distribuídas em 2019, a maior parte circulou em forma de boatos (41 do total), por meio de postagens em redes sociais e Whatsapp. Outras 24 foram difundidas em formato de notícias (dez textos) e notas (14 textos), sendo publicadas predominantemente em portais que se definem como informativos e se enquadrando na definição de *fake news* proposta neste estudo. Considerando a divisão por agências de checagem, a *Lupa* verificou oito histórias com configuração jornalística e outras 16 em formato de rumor; a *Fato ou Fake* examinou duas na primeira categoria e quatro na segunda; e a *Boatos.org* analisou 14 e 21, respectivamente.

Figura 3
Formatos das histórias falsas sobre gênero e sexualidade em 2019

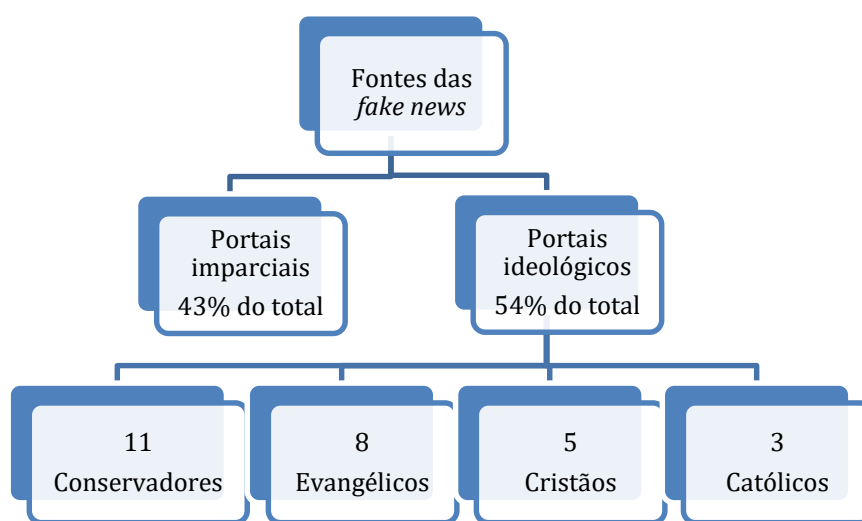


Fonte: Autores.

Retendo somente as histórias falsas propagadas em formato jornalístico, todas elas foram publicadas em mais de um portal ou site, mantendo sempre a mesma configuração textual como notícia ou nota. Dentre as 24 *fake news*, a metade (12 delas) circulou no

formato clássico de notícia, apresentando título factual em destaque, subtítulo explicativo, uma ou duas fotos com legenda e texto principal encabeçado pelo lide e composto de três ou mais parágrafos. A outra metade foi publicada em formato de nota, com título factual em destaque, subtítulo explicativo, uma fotografia com legenda e texto de um parágrafo iniciado com lide. Todas elas foram divulgadas em páginas na internet autointituladas informativas (50 no total), sendo que 23 delas (ou 43%) se reconhecem como “imparciais” e outras 27 (ou 54%) como filiadas a alguma posição ideológica. Dentre essas últimas, 11 se consideravam “conservadoras”, oito se diziam “evangélicas”, cinco se assumiam como “cristãs” e outras três como “católicas”. As páginas que mais compartilharam as desinformações foram: *Gospel Prime* (quatro histórias), *Gospel Mais* (três histórias), *Pleno News* (três histórias), *Guia-me* (três histórias) e *Top Mídia News* (três histórias), todas ligadas ou à religião católica ou à evangélica.

Figura 4
Principais fontes de compartilhamento das *fake news*



Fonte: Autores

As notícias falsas mais compartilhadas, que apareceram em três ou quatro portais simultaneamente, foram: a) o suposto Projeto de Lei do Congresso que legalizaria o casamento entre pais e filhos (denominado nas *fake news* de Lei do “poliamor”) (publicado em quatro sites). Essa história apareceu em três versões diferentes, ora apresentada como uma proposta do deputado federal Orlando Silva³², ora como um projeto da ex-deputada Manuela

³² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/08/21/verificamos-projeto-casamento-pais-filhos>. Acessado em 17 fev. 2020.

D'Ávila³³ e ora como uma proposição do deputado federal Túlio Gadêlha³⁴; b) o presumido decreto de Bolsonaro pelo fim do Carnaval e da Parada Gay (divulgado em quatro sites); e c) o rumor de que o cantor Johnny Hooker³⁵, que teria chamado Jesus de bicha e travesti, iria se apresentar no Criança Esperança (disseminado por quatro sites). Todas elas estavam sistematizadas no formato de notícias, configuradas em textos longos e bem estruturados. Outra desinformação também recebeu bastante atenção dos portais (quatro deles), sendo veiculada em forma de nota jornalística: a narrativa sobre a cartilha que teria sido distribuída pela Prefeitura de Fortaleza e que sugeriria que a masturbação infantil seria um meio adequado de acalmar crianças³⁶.

Em relação à nossa segunda hipótese, os dados revelam que a maior parcela das histórias falsas sobre gênero e sexualidade circulou na forma de boatos, sendo somente uma pequena quantidade distribuída no formato de *fake news*. Considerando as notícias falsas, todas se referem a acontecimentos sensíveis ao universo moral nacional e todas foram publicadas em sites ditos informativos - ligados ou à cosmovisão conservadora ou às religiões católica e evangélica. Os principais alvos dessas notícias falsas foram supostas apologias às práticas incestuosas e à pedofilia, que estariam sendo promovidas por autoridades públicas do Brasil, bem como celebridades que divergem dos padrões normativos de gênero e sexualidade e que iriam fomentar, com a anuência de emissoras de TV, a “ideologia de gênero” em rede nacional. Essas *fake news* apelavam à corrupção dos valores morais e à degradação da instituição da família promovidas por esses eventos, interpelando a audiência para se opor e enfrentar tais iniciativas.

Conclui-se que o potencial público interpelado por estas notícias falsas se afina à cosmovisão conservadora delineada ainda na introdução, uma vez que tais textos visam mobilizar sensibilidades morais para um fim ideológico, isto é, a promoção de ideais reacionários, acionados discursivamente nas narrativas. Sua credibilidade fica a cargo de uma roupagem jornalística, cuidadosamente emulada com um intuito mais político (de

³³ Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/manuela-davila-lei-poliamor-casamento-pais-filhos.html>. Acesso em 19 fev. 2020.

³⁴ Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/namorado-fatima-bernardes-envia-projeto-libera-casamento-pais-filhos.html>. Acesso em 19 fev. 2020.

³⁵ Disponível em: <https://www.boatos.org/entretenimento/johnny-hooker-crianca-esperanca-2019.html>. Acessado em 19 fev. 2020.

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/09/20/e-fake-que-prefeitura-de-fortaleza-distribuiu-cartilha-dizendo-que-e-natural-fazer-masturbacao-infantil-para-acalmar-as-criancas.ghtml>. Acessado em 19 fev. 2020.

mobilização de ações) do que econômico (de monetização do tráfego nos sites). Todavia, dado o fato de que as *fake news* sobre gênero e sexualidade contempladas neste estudo expõem frontalmente os perigos associados a uma presumida subversão da heteronormatividade visando restituir convenções que alicerçam seu sistema axiológico (como a idealidade da família mononuclear calcada na complementaridade entre os gêneros masculino e feminino (MESSENBURG, 2017)), não se pode desconsiderar o fato de que elas subentendem uma partilha prévia de sentidos com seus públicos. Ou seja, o cenário de pânico moral conformado pelos materiais aqui analisados atua menos como vetor de conversão ideológica pela via da desinformação (como tratado na literatura sobre *fake news*) e mais como reforço de sensibilidades morais já presentes em seu público. Em outras palavras, e levando em consideração a especificidade temática de muitos dos portais identificados nesta análise, as *fake news* analisadas assumem a função de ressoar as bases de uma moral heteronormativa para um público já inclinado a ela, afirmando convenções que se supõem enfraquecidas por meio de narrativas socialmente reconhecidas e dignas de credibilidade (RUBIN, 1993). Tais notícias falsas atuam como “tecnologias” do gênero e da sexualidade no sentido proposto por De Lauretis (1994), mobilizando e edificando normatividades por meio de seu conteúdo, formatação e meios de divulgação.

Considerações finais

O presente estudo permitiu atestar a expressividade das desinformações ligadas ao gênero e à sexualidade no Brasil, que corresponderam a 11,28% do total das histórias falsas distribuídas em 2019. Destas, somente uma pequena parcela (24 casos) foram publicadas como *fake news*, reproduzindo o formato e estilo jornalístico. Constatamos que as narrativas mais bem sistematizadas traziam temas sensíveis à sociedade brasileira, apontando como alvos preferenciais perversões sexuais (como o incesto e a pedofilia) e subversão das identidades normativas de gênero (como ocorreu nos casos que envolviam celebridades do universo LGBT+).

Apesar dos resultados obtidos oferecerem contribuições substanciais para pensarmos a relação entre *fake news* e valores morais relativos ao gênero e à sexualidade, a investigação apresenta algumas limitações. A principal se refere ao fato de o estudo ter se baseado somente em histórias falsas detectadas por agências de checagem, que não necessariamente correspondem a todo o volume de desinformação digital que circulou em 2019. Ainda que tal

escolha metodológica tenha se baseado na literatura sobre o tema, considera-se que esforços complementares de mapeamento (via análise de redes, por exemplo) possam ser benéficos a este tipo de análise. Igualmente, a busca pelas fontes de divulgação de histórias falsas em motores de busca é certamente prejudicada pela efemeridade destas publicações, que frequentemente são apagadas ou modificadas pelos seus criadores após terem sido desmascaradas por agências de checagem. Este fenômeno pode impactar negativamente em análises longitudinais, gerando uma defasagem na contabilização das fontes propagadoras de desinformação.

Visando impulsionar investigações afins, que tratem de discutir as moralidades de gênero e sexualidade incrustadas no cenário de expansão das *fake news*, apontamos como possíveis desdobramentos desta investigação estudos de recepção capazes de perscrutar os públicos concretamente convocados e mobilizados por falsas histórias ligadas às questões tratadas neste trabalho e a outros marcadores sociais da diferença (como raça, classe e etnia), de modo a apreender como este tipo de desinformação é interpretada e simbolizada no seio social. Tais investimentos auxiliariam na interpretação das normas morais acionadas por determinados tipos de desinformação, mostrando de que maneira e através de quais mecanismos elas tornam as normatividades explícitas para os leitores.

Referências

- ALCOTT, H.; GENTZKOW. Social media and Fake News in the 2016 Election. In: **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, 2017, p. 211-236.
- AVAAZ. **Eleições e Fake News**. São Paulo: IDEIA Big Data, 2018. Disponível em: https://avaazimages.avaaz.org/PO%20IDEIA%20-%20Relatorio%20AVAAZ_v2_PO%20version%20%281%29.pdf . Acesso em 16 jan. 2020.
- BAKIR, V.; McSTAY, A. Fake news and the Economy of Emotions: problems, causes, solutions. In: **Digital Journalism**, 2017, <http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>
- BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and subversion of identity**. Nova York: Routledge, 1990.
- _____. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004.
- CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. In: **Mana**, v.21, n.2, 2015, p. 323-345.
- DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. (Ed.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

- EGELHOFFER, J.; LECHER, S. Fake news as a two-dimensional phenomenon: a framework and research agenda. In: **Annals of the International Communication Association**, 2019, DOI: 10.1080/23808985.2019.1602782
- GELFERT, A. Fake news: A definition. In: **Informal Logic**, v. 38, n. 1, 2018, p. 84-117.
- GENTILE, F. A direita brasileira em perspectiva histórica. In: **Plural**, v. 25, n. 1, 2018, p. 92-110.
- GREGORI, M. **Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade**. Tese (Livre Docência). Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 2010, 222p.
- HABGOOD-COOTE, J. Stop talking about fake news! In: **Inquiry**, 2018, DOI:10.1080/0020174X.2018.1508363
- HUMPRECHT, E. Where 'fake news' flourishes: a comparison across four Western democracies. In: **Information, Communication & Society**, 2018, <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1474241>
- LEVY, N. The Bad News About Fake News. In: **Social Epistemology Review and Reply Collective**, v. 6, n. 8, 2017, p. 20-36.
- MESSENBURG, D. A direita que saiu do armário: a cosmopolitização dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: **Sociedade e Estado**, v.32, 2017, p.621-647.
- MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. In: **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017, p. 725-747.
- NEUMAN, N.; FLETCHER, R.; KALOGEROPOULOS, A.; NIELSEN, R. **Digital News Report 2019**. Reuters Institute: Oxford, 2019. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_0.pdf. Acesso em 16 jan. 2020.
- PRING, C.; VRUSHI, J. **Barômetro Global da Corrupção: América Latina e Caribe 2019**. Transparência Internacional, 2019. Disponível em: https://www.transparency.org/files/content/pages/GCB_LAC_Report_PT.pdf. Acesso em 16 jan. 2020.
- RINI, R. Fake News and Partisan Epistemology. In: **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 27 n. 2, 2017, p. 43-64.
- RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: BARALE, M; HALPERN, D. (Eds.). **The Lesbian and gay studies reader**. Nova York: Routledge, 1993, p. 143-179.
- SANAHUJA, J. La crisis de integración y el regionalismo en América Latina: giro liberal-conservador y contestación normativa. In: MESA, M. (Org.) **Ascenso del nacionalismo y el autoritarismo en el sistema internacional**: anuario 2018-2019. Madrid: Ceipaz, 2019, p. 107-216.
- TANDOC JR., E.; LIM, Z.; LING, R. Defining "Fake News". In: **Digital Journalism**. v. 6 n. 2, 2018, p. 137-153.